



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

SUELY DE JESUS LOBATO

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO E OS PROCESSOS DE GESTÃO DA ESCOLA:
da formação pedagógica aos novos rumos para sua ressignificação**

São Luís
2016

SUELY DE JESUS LOBATO

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO E OS PROCESSOS DE GESTÃO DA ESCOLA:
da formação pedagógica aos novos rumos para sua ressignificação**

Monografia apresentada para fins de conclusão do curso de Pós-graduação Lato Sensu de Coordenação Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão,

Orientadora: Prof^ª Ma. Francilene do Rosário de Matos.

São Luís

2016

Lobato, Suely de Jesus.

O coordenador pedagógico e os processos de gestão da escola: da formação pedagógica aos novos rumos para sua ressignificação / Suely de Jesus Lobato. – São Luís, 2016.

--f.

Orientadora: Prof.^a Ma. Francilene do Rosário de Matos.

Monografia (Especialização) – Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* de Coordenação Pedagógica, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

1. Coordenador pedagógico – Ressignificação. 2. Gestão escolar. 3. Formação pedagógica. 4. Educação – Maranhão. I. Título.

CDU 371.121(812.1)

SUELY DE JESUS LOBATO

O COORDENADOR PEDAGÓGICO E OS PROCESSOS DE GESTÃO DA ESCOLA:
da formação pedagógica aos novos rumos para sua ressignificação

Monografia apresentada para fins de conclusão do curso de Pós-graduação Lato Sensu de Coordenação Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Ma. Francilene do Rosário de Matos (Orientadora)
Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a Ma. Doracy Gomes Pinto Lima
Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a Ma. Elke Trindade de Matos Baima
Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Aos meus queridos pais, Maria e Francisco Lobato, ao marido Franklin, aos filhos, Thalia e Emanuel, e meus colegas de trabalho.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a realização deste trabalho. Pude contar com o afeto e a compreensão de tantas que é indispensável citá-las aqui. Portanto, quero agradecer:

A Deus, pela minha vida e tudo que me proporciona.

Aos meus pais, Francisco e Maria Lobato, meus maiores exemplos de lutas e vitórias.

À Secretaria Municipal de Educação de Pedro do Rosário, por ter oportunizado o desenvolvimento da minha pesquisa, permitindo o acesso às informações necessárias para a construção deste trabalho.

À minha companheira de trabalho, Jozete Cutrim, pela compreensão que demonstrou ao me liberar para que eu cumprisse a difícil missão de concluir este trabalho.

À querida orientadora, Profa. Ma. Francilene do Rosário, por me encorajar a construir e vencer os medos dessa trajetória.

À nossa amada tutora, Sandra Maria, pelas orientações e acompanhamento por todo esse período de trabalhos intensos, inclusive contribuindo na redefinição do objeto.

À professora Maria José, uma profissional de competência notável, que muito contribuiu para a construção do meu projeto monográfico.

Aos meus queridos colegas de curso, que se mostraram guerreiros e comprometidos com sua nova função de coordenadores pedagógicos, ao cumprirem esta jornada de estudos, que não foi fácil, porém, valeu todos os sacrifícios para que chegássemos até aqui.

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje.

Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos.

Paulo Freire (1979)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa sobre o papel do coordenador pedagógico nos processos de gestão escolar da rede municipal de ensino do município de Pedro do Rosário. Na intenção de compreender a realidade do processo de organização pedagógica dessa rede de ensino, foi desenvolvida uma pesquisa de cunho qualitativo, a partir de uma análise documental, que possibilitou o conhecimento do Plano Municipal de Educação, usado para o levantamento de informações sobre a organização do trabalho pedagógico na rede de ensino. A análise do processo de acompanhamento pedagógico mostrou as deficiências do serviço pedagógico, evidenciando a necessidade que este serviço tem em ser oferecido com qualidade, visto que a presença de um coordenador pedagógico no espaço escolar motiva, fortalece e valoriza o trabalho dos docentes, contribuindo para o avanço dos resultados. Este estudo contou com a contribuição de professores, da coordenadora do setor pedagógico, bem como técnicos e agentes pedagógicos, sinalizando para a necessidade da ressignificação do papel do coordenador pedagógico na rede de ensino, para melhor atuação no cenário escolar atual. A pesquisa realizada fez uso de instrumentos de coleta de dados como entrevista e análise documental e desenvolveu reflexões tendo como base alguns pesquisadores do ramo educacional, como: Saviani (2002; 2008), Demo (2013), Pimenta (2005; 1995), Libâneo (2006); Terra (2014); dentre outros, que ajudam a compreender o papel do coordenador pedagógico nos espaços educativos.

Palavras-Chave: Organização, Ressignificação, Coordenador Pedagógico.

ABSTRACT

This work had as objective to carry out a research on the role of the pedagogical coordinator in the processes of school management of the municipal education network of the municipality of Pedro do Rosário. In order to understand the reality of the process of pedagogical organization of this teaching network, a qualitative research was developed, based on a documentary analysis, which made possible the knowledge of the Municipal Education Plan, used to collect information about the organization Pedagogical work in the teaching network. The analysis of the pedagogical accompaniment process showed the deficiencies of the pedagogical service, evidencing the necessity that this service has to be offered with quality, since the presence of a pedagogical coordinator in the school space motivates, strengthens and values the work of the teachers, contributing to The advancement of results. This study counted on the contribution of teachers, the coordinator of the pedagogical sector, as well as pedagogical technicians and agents, signaling the need to redefine the role of the pedagogical coordinator in the educational network, to better act in the current school setting. The research carried out used data collection tools such as interview and documentary analysis and developed reflections based on some researchers in the educational field, such as: Saviani (2002; 2008), Demo (2013), Pimenta (2005; 1995), Libâneo (2006); Earth (2014); Among others, that help to understand the role of the pedagogical coordinator in educational spaces.

Key Words: Organization, Re-signification, Pedagogical Coordinator.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do município de Pedro do Rosário	40
Figura 2: Arte do Banner da Jornada Pedagógica de 2015 em Pedro do Rosário	42
Figura 3: Foto panorâmica da palestra de abertura da Jornada Pedagógica em 2015, promovida pela gestão municipal de Pedro do Rosário	46
Figura 4: Foto do segundo momento da jornada pedagógica, para discussão de temáticas com pequenos grupos de professores.....	46
Figura 5: Encontro de professores para planejamento mensal em uma escola municipal	44

LISTA DE SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação

CNE - Conselho Nacional de Ensino

CSE - Conselho Superior de Ensino

DNE - Departamento Nacional de Ensino

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IES - Instituições de Ensino Superior

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano do Maranhão

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PME - Plano Municipal de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação

SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFLETINDO O CONTEXTO HISTÓRICO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO BRASIL	18
3 O REPOSICIONAMENTO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA A PARTIR DA REFORMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	28
3.1 Analisando as consequências da reforma e da formação no papel do coordenador pedagógico	31
3.2 O papel do coordenador pedagógico e os novos rumos para ressignificação de sua função frente às novas exigências educacionais	34
4 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE PEDRO DO ROSÁRIO	39
4.1 Caracterização da pesquisa	40
4.2 Caracterização e organização do sistema municipal de ensino	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICES	58

1 INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta situa-se na área do trabalho pedagógico e tem como foco central o papel do coordenador pedagógico. O interesse pela temática se deu em função da constatação de uma deficiência grave na organização do trabalho pedagógico de uma determinada rede municipal de ensino, situação que pôde ser constatada a partir do desenvolvimento dos estudos por meio de pesquisas, levantamento bibliográfico, entre outras ações, que justificam a necessidade de conhecer um pouco mais sobre o tema.

Nos últimos anos, o coordenador pedagógico vem, pouco a pouco, assumindo responsabilidades gigantescas, dentre elas a de transformar a realidade educacional em que está inserido. Essa não é uma tarefa fácil, principalmente se não houver o envolvimento da comunidade escolar, por isso, a necessidade de desenvolver trabalhos de pesquisa para possibilitar a reflexão sobre a atuação e os meios necessários para uma prática eficiente na orientação do processo pedagógico.

Pretende-se evidenciar a prática atual dos coordenadores pedagógicos, bem como os possíveis desafios enfrentados no desempenho dessa função, sinalizando para a necessidade da ressignificação do papel desse profissional, com vistas ao desenvolvimento do processo de ensino e, ainda, expor a realidade da organização do trabalho pedagógico oferecido pela rede municipal de ensino da cidade de Pedro do Rosário, município do estado do Maranhão. Foram muitos os desafios enfrentados para a construção deste trabalho, entretanto, a certeza de que todas as dificuldades encontradas serviram para fortalecer o desejo de adquirir os conhecimentos necessários para entender a temática proposta, motivou as ações que culminaram na conclusão da pesquisa.

A seção introdutória deste trabalho traz um breve resumo sobre a pesquisa e as informações disseminadas ao longo das seções que constituem o texto. Na certeza de que muitas coisas aconteceram nos espaços dedicados ao processo de pesquisa, estudo e organização dos escritos, no entanto, colocou-se sempre em evidência as situações vivenciadas por coordenadores pedagógicos nas escolas, bem como o papel desse profissional na rede municipal de ensino local. O objetivo central foi alcançado no momento em que se evidenciou a prática atual dos coordenadores pedagógicos, bem como os possíveis desafios no desempenho de sua função, sinalizando para a necessidade da ressignificação do papel desse profissional, com vistas ao desenvolvimento do processo de ensino.

A segunda seção do trabalho nos direciona para um levantamento completo sobre o contexto histórico da coordenação pedagógica no Brasil, bem como promove um

diálogo compreensivo com alguns pensamentos de teóricos que analisam, concordam e afirmam determinadas ideias sobre os acontecimentos da época no que concerne à trajetória histórica da função do coordenador pedagógico, possibilitando a construção de reflexões sobre o tema em foco e análises sobre as mais variadas percepções da formação, função e atuação do coordenador pedagógico em épocas distintas.

Ao realizar o levantamento bibliográfico sobre o papel do coordenador pedagógico, desde o período colonial aos dias atuais, constatamos que os estudos indicam novos direcionamentos e saberes sobre a atuação desse profissional no contexto educacional, bem como indicam algumas exigências para que sua atuação seja considerada eficaz no processo educacional. Essa etapa pode ser considerada a mais importante, visto que possibilitou um dimensionamento da função do coordenador ao longo do tempo. Nesse ponto do trabalho, pudemos entender como essa profissão foi se estabilizando até que se alcançasse a devida importância no contexto educacional nos dias atuais. Tudo isso, só favoreceu o reconhecimento da importância da pesquisa e sua relevância para a construção de novos trabalhos.

Tratando sobre o reposicionamento da coordenação pedagógica, a partir das reformas no sistema de ensino brasileiro, a seção três deste trabalho apresenta alguns destaques sobre o papel da coordenação pedagógica nos dias atuais, no sentido de alertar para as exigências que surgem constantemente no meio profissional. A partir daí um breve reposicionamento da função de coordenador de assuntos pedagógicos torna-se imprescindível para motivar algumas reflexões sobre o espaço de atuação do coordenador pedagógico, bem como deixam evidentes algumas necessidades de compartilhamento das informações sobre essas inovações e os novos espaços disponíveis para a prática da coordenação pedagógica no contexto educacional.

Na mesma seção houve a necessidade de evidenciar as consequências causadas pelas reformas educacionais, consideradas informações indispensáveis ao conhecimento do leitor sobre a formação e as consequências desse processo no desempenho do papel que foi designado aos coordenadores pedagógicos e nos resultados adquiridos pelo sistema de ensino.

No advento das emergentes discussões acerca do papel do coordenador pedagógico e dos novos rumos para a ressignificação dessa função nas escolas públicas brasileiras, os trabalhos de produção foram contextualizados em direção aos últimos anos, período em que o coordenador pedagógico assumiu grandes responsabilidades no contexto educacional. Diante desse novo momento, surgem razões para justificarmos aqui a relevância

da pesquisa para a indicação dos novos rumos que contribuirão para a ressignificação do “ser” coordenador pedagógico.

À medida que as discussões são intensificadas no corpo do trabalho, nota-se, cada vez mais, que os novos rumos indicam para o aprimoramento das práticas do coordenador pedagógico. Assim, a intenção dos estudos em orientar para a descoberta de uma possível ressignificação da função do coordenador no ambiente escolar deverá ligar-se à construção de um novo “pensar” sobre o acompanhamento pedagógico de uma instituição de ensino. Para que isso aconteça de forma satisfatória, requer integração direta e frequente com os mais diversos recursos oferecidos pela escola, desde auxílio tecnológico até o apoio de outros profissionais no desempenho da orientação e acompanhamento docente e discente, que podem agilizar o envio e compartilhamento de informações e o acompanhamento dos resultados alcançados, refletindo diretamente no processo de ensino e aprendizagem oferecido pela instituição escolar.

Em seguida, a seção quatro do estudo refere diretamente à organização do trabalho pedagógico oferecido atualmente no sistema municipal de ensino da cidade de Pedro do Rosário. Este tema facilitou a obtenção de entendimentos fundamentais sobre a realidade da coordenação pedagógica local, a partir do momento em que alguns objetivos foram estabelecidos para direcionar os trabalhos de pesquisa, como: reconhecer a estrutura da coordenação pedagógica no sistema municipal de educação; verificar a organização da coordenação pedagógica no ambiente escolar; conhecer a prática do coordenador no ambiente de trabalho e, ainda, como se dá o processo de formação desses profissionais. Tudo isso foi fundamental para a construção das análises necessárias sobre o contexto socioeducativo da organização do trabalho pedagógico no município, o que proporcionou apontar novos rumos para a ressignificação do papel do coordenador pedagógico nos espaços escolares.

A metodologia aplicada para o processo de pesquisa está exposta na mesma seção, de modo a mostrar os caminhos seguidos pelo pesquisador durante todo o processo de construção do trabalho de investigação, tendo como referência o campo de pesquisa, os instrumentos utilizados para a coleta dos dados e ainda os procedimentos utilizados para a análise dos resultados. Este relato sobre a caracterização da pesquisa se deu a partir de reflexões teóricas e de uma pesquisa documental, que possibilitou uma profunda e indispensável análise ao documento principal deste estudo, o Plano Municipal de Educação (PME), disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), técnicas fundamentais para o tipo de estudo que vem sendo descrito.

Sobre o tipo de pesquisa desenvolvido, cabe destacar um ponto significativo que perpassa pela facilidade em unir dois itens relevantes para a construção desse tipo de trabalho, o tempo e a agilidade, por ser realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos, que se relacionam diretamente à organização do trabalho pedagógico e atuação do coordenador na rede municipal de ensino de Pedro do Rosário.

Ao longo de todo processo de investigação, consideramos questionamentos, como: Qual o papel do coordenador pedagógico nos processos de gestão da escola? Como está organizado o trabalho pedagógico na rede municipal de ensino da cidade de Pedro do Rosário? Como a função do coordenador pedagógico se transformou a partir das novas reformas educacionais? Quais os novos rumos para a ressignificação do coordenador pedagógico, frente às novas exigências educacionais? Todos esses questionamentos nos dão a certeza de que esse profissional, o coordenador pedagógico, precisa ser capacitado para desenvolver sua função com maestria no contexto socioeducativo, buscando sempre a qualidade do serviço de orientação pedagógica oferecida.

A responsabilidade e a relevância do trabalho do coordenador pedagógico no processo de ensino se dá por inúmeras razões, principalmente por seu um profissional que transita livremente em todos os espaços da escola, tornando-se fundamental para os avanços do sistema de ensino que faz parte. Ao assumir a função de professor dos professores, ou seja, um formador, Alarcão (2005), afirma categoricamente que:

Os formadores de professores têm uma grande responsabilidade na ajuda ao desenvolvimento desta capacidade de pensar autônoma e sistematicamente. E têm vindo a ser desenvolvidas uma série de estratégias de grande valor formativo, com algum destaque para a pesquisa-ação no que concerne à formação de professores em contexto de trabalho (ALARCÃO, 2005, p. 46).

Considerando ser essencial apontar caminhos para ressignificação do perfil atual do coordenador pedagógico, como mediador do processo de ensino diante de um novo momento no ambiente educacional, surge a necessidade de descobrir novas formas de acompanhamento pedagógico, que seja adequado à realidade educacional, com foco na organização, coordenação e implementação de uma melhor qualidade no processo ensino e aprendizagem, fortalecendo o trabalho do professor pedagogo na escola.

O referido processo de busca de dados se deu de forma minuciosa, iniciando por um período de observação. Logo após o processo de coleta de informações do acompanhamento pedagógico, feito no sistema municipal de ensino e, conseqüentemente, nas escolas da rede, no intuito de compreendermos a necessidade de fortalecer a atuação deste

profissional nas escolas do nosso país, a partir da necessária construção e fortalecimento da ideia de que se trata de uma função vital para o desenvolvimento e sucesso da gestão de processos de uma escola.

Assim, quando o trabalho é realizado de forma articulada com o gerenciamento dos saberes, concretiza-se a possibilidade de incluir, nas equipes pedagógicas, de todos os estabelecimentos de ensino, um profissional habilitado para a coordenação pedagógica, o que refletirá resultados eficazes na aprendizagem dos alunos, na sincronia das ações docentes e na eficácia da gestão escolar.

2 REFLETINDO O CONTEXTO HISTÓRICO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO BRASIL

O conhecimento da trajetória histórica da coordenação pedagógica no Brasil é altamente relevante para os estudos, pois revela a realidade educacional brasileira no decorrer do tempo, que nos leva a entender as inúmeras transformações, além disso, tornou-se uma temática presente e recorrente nas discussões do cenário acadêmico por todo nosso país, com mudanças significativas nas exigências do processo de formação e no papel do coordenador pedagógico.

Diante da necessidade de apontar novos rumos para a prática da coordenação de assuntos pedagógicos nas escolas, ainda que enfrentando algumas dificuldades sobre a disponibilidade de literaturas dedicadas ao tema, convém dizer que os estudos realizados vêm contribuindo de forma eficaz para o aprofundamento da temática.

Nesse contexto de reflexão sobre a trajetória da coordenação pedagógica, alguns estudiosos destacam saberes e compreensões para desmistificar essa importante função, ainda escassa em grande parte das escolas brasileiras, entre eles: Terra (2014), que traz a história da educação brasileira de forma simples e organizada, Saviani (2008), que investigou os elementos significativos para compor a história das ideias pedagógicas, livro publicado para dar contribuições importantes no processo de compreensão dos caminhos pedagógicos, visto que contém informações relevantes para entender a educação, bem como os principais traços da educação jesuítica, por meio de suas publicações.

Para compreender melhor o contexto histórico da função do coordenador pedagógico no Brasil, muitas contribuições são importantes para a construção deste trabalho, entre tantas, houve a necessidade de utilizar alguns saberes abordados por Fazenda (2005), quando utiliza outro pensar para afirmar o seguinte:

Na história da educação, encontramos suporte para conhecermos a formação e a evolução do sistema escolar entendido como um todo, principalmente nas razões históricas que, ao longo do tempo, dificultaram a integração entre diferentes tipos e níveis de ensino e, conseqüentemente, impediram a construção de um sistema articulado e democrático de educação. [...] (ELIAS E FELDMANN, 2005, p. 100)

O trabalho do coordenador pedagógico ainda é concebido por muitos como a fiscalização do trabalho dos professores, assunto que será evidenciado em seção posterior, o que provoca preocupação ao gerar a perspectiva de salvação do processo de aprendizagem. Contudo, esse profissional é considerado peça fundamental para o aprimoramento e

organização do trabalho pedagógico do ensino, que deve ser prioridade, em um determinado espaço escolar, por isso, cada vez mais se faz necessário o conhecimento da trajetória histórica da coordenação pedagógica no Brasil.

A educação brasileira passou por inúmeros períodos que foram importantes para os processos de organização do ensino. Analisando a história das ideias pedagógicas, construída por Saviani (2008), percebe-se que o mesmo cita a educação colonial no Brasil com três etapas: a primeira seria o “período heroico”, quando ocorre a promulgação do *Ratio Studiorum*, em 1599; a segunda seria o período da organização e consolidação da educação jesuítica, ainda com foco no *Ratio Studiorum*; e a terceira, chamada por ele de “fase pombalina”, que marca o início da história das ideias pedagógicas no país, passamos a perceber o quanto esses períodos foram relevantes para que a historicidade da função pedagógica seja desenvolvida em nosso sistema de ensino.

Para facilitar nossas reflexões sobre o contexto histórico dessa função, cabe dizer que os destaques, brevemente, relatados neste trabalho, esclarecem pontos fundamentais sobre a própria história do nosso país. Seguindo a linha dos períodos em que a história da educação brasileira se divide, é interessante pensar que o período colonial obteve um grande domínio do que viria a ser reconhecido sobre o início da organização do ensino brasileiro. Sobre isso, Terra (2014), afirma que:

Durante o período colonial, a educação brasileira esteve nas mãos dos jesuítas, a quem coube o papel de converter a fé católica os gentios (povos nativos) das regiões conquistadas pelo império colonial português. Para isso, Portugal utilizou-se da atuação da Companhia de Jesus, fundada em 1534 por Inácio de Loyola, no contexto da Contrarreforma (TERRA, 2014, p. 101).

A ideia de supervisão educacional teve origem no período colonial, tempo em que nossos primeiros educadores, os jesuítas, deram o ponto inicial para a organização do primeiro sistema educacional brasileiro. Esse período que marca definitivamente a instalação das escolas jesuítas no Brasil, foi o grande início do trabalho pedagógico no Brasil.

Promulgada em 1599, a *Ratio*, segundo Terra (2014, p.105), foi um “método organizado pela Companhia de Jesus, utilizado em todos os lugares onde os jesuítas atuavam”. Esse método determinava, rigorosamente, toda a organização das escolas jesuítas (dando sentido ao termo *Ratio Jesuítica*) e tinha como base três atividades: estudar, repetir e disputar. Seu objetivo principal era promover a unidade das ações da Igreja Católica, bem como pretendia assegurar seus interesses.

A composição desse método, que marcou a história educacional brasileira, Terra (2014, p.105) afirma que a “*Ratio Studiorum* era composta por um conjunto de regras que

abrangia desde a organização escolar e os métodos de ensino até a rígida observância da doutrina católica”.

Um novo paradigma surgia no Brasil, de forma que a educação jesuítica recebeu uma nova identidade em uma ampla rede de colégios da ordem, evidenciando a existência de uma figura que desempenhava a função de prefeito geral dos estudos, ou seja, um assistente do reitor, que deveria ser obedecido por todos os professores e alunos da época. Outras funções também foram designadas nesse mesmo período, um prefeito de estudos inferiores e um prefeito de disciplina, ambos eram subordinados ao prefeito geral, uma espécie de “coordenador geral”, todos para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos.

A organização dos estudos, bem como orientação e direção das aulas ministradas, além de outras tarefas, como ouvir e observar os professores, assistir suas aulas e ler os apontamentos dos alunos, para que, havendo necessidade, fosse feita uma comunicação ao superior desses professores sobre qualquer eventualidade no desempenho de tais procedimentos, era a principal função do prefeito geral de estudos. Desse modo, podemos perceber algumas semelhanças no exercício de um profissional da coordenação pedagógica nos dias atuais e algumas ações desempenhadas pelo prefeito de estudos da época.

O modus operandi da pedagogia jesuíta se caracterizava pela ordem, organização e rigidez, logo a função de uma pessoa para supervisionar os trabalhos era relevante, pois envolviam os aspectos políticos e administrativos da proposta educativa. Com a definição descrita, verifica-se na função do Reitor a prática do diretor escolar e na do Prefeito de Estudos a ação supervisora no acompanhamento do trabalho dos professores e na supervisão do cumprimento da programação dos estudos. (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013, p. 1)

A partir do resgate histórico que vem sendo construído neste trabalho, sobre a coordenação pedagógica no Brasil, convém destacar a importância dada ao responsável pelo organizador dos estudos, uma vez que há uma relevância em sua função, respeitada por todos que integram o local de trabalho. Percebemos então que a função do supervisor, desde os tempos em destaque, sempre foi destacada das demais funções desempenhadas na escola. O papel do prefeito de estudos era específico, pois assumia função diferente do reitor ou dos professores, possibilita o fortalecimento de indícios que comprovam a importância deste profissional no processo de ensino, desde outros tempos.

O período pombalino despontava em uma situação difícil, uma vez que todas as riquezas do país eram roubadas sem qualquer preocupação. O país sofria com a administração do Marquês de Pombal, que absorvia muitos poderes. Em 1759, os jesuítas foram expulsos, sob várias acusações, deixando o ensino numa tremenda desorganização. Nesse momento, o governo instituiu as aulas régias, criou-se a diretor-geral. Segundo Terra (2014), sua função

era “controlar” a educação, para que esta se desenvolvesse de acordo com os interesses da metrópole e promover inquéritos para fiscalizar o uso de livros proibidos e professores que lecionavam sem a autorização do Estado. Nesse momento, podemos perceber a descaracterização da função do supervisor, ficando apenas concentrada no diretor-geral, cuja intenção era sanar a deficiência de estruturas e professores, instituído por meio de um alvará de 28 de junho de 1759, definitivamente compreendido com a primeira organização do ensino público brasileiro. A partir de um novo momento da história, Saviani (1999) identifica uma nova função para o supervisor:

[...] a ideia de supervisão englobava os aspectos políticos administrativos (inspeção e direção) em nível de sistema concentrados na figura do diretor geral, e os aspectos de direção, coordenação e orientação do ensino, em nível local, a cargo dos comissários ou diretores dos estudos, os quais operavam por comissão do diretor geral dos estudos. (SAVIANI, 1999, p. 22)

Nesse período em que o ensino se caracterizava como laico, elementar, seu atendimento foi com notabilidade para o ensino de letras, bem como para os estudos das classes de gramática latina, grego e retórica. A fase pombalina protagonizou a criação de um sistema, que se integrou a grandes reformas de cunho político, administrativo, econômico e cultural, e ainda a prática de atos de supressão e enfraquecimento das intenções da ordem jesuíta no reino.

A criação do cargo de diretor dos estudos, pessoa que deveria supervisionar o progresso das reformas e definir a admissão de professores por concurso, foi um ato importante para conhecermos mais sobre a coordenação pedagógica ao longo do tempo. Toda a indefinição que cercava esta função até hoje começa a fazer sentido.

A ideia de nomear, periodicamente, um professor para visitar as aulas e fazer uma análise do nível de instrução adquirido pelos alunos surge em 1799, quando esses professores tinham a principal função de fiscalizar o funcionamento das escolas, o comportamento dos professores, os métodos utilizados no processo de ensino, bem como o aproveitamento dos alunos. Dessa forma, notadamente está presente a ideia de fiscalização do processo, uma vez que este é o primeiro ato do governo enquanto responsável pelos encargos da educação no Brasil.

No começo do século XVIII, quando o período imperial desponta, no ano de 1822, a educação brasileira se encontra num momento importante, porém não muito animador para os ideais educacionais da época. A proclamação da independência e outorga da primeira Constituição do Brasil marcaram a história do país. Segundo Terra (2014), duas experiências

fracassadas merecem registro: o Método *Lancaster* de ensino e a promulgação, de 1827, da primeira Lei sobre o ensino elementar, cujos termos permaneceriam em vigor até 1899.

A gratuidade da educação primária para todos os cidadãos do país foi estabelecida nesse período, com isso, a figura do orientador de estudos passou a ser “observada”. O Método *Lancaster* destacou-se por permitir que um aluno já treinado ensinasse a grupos de até dez outros alunos, sob a vigilância de um professor-inspetor. Partindo da perspectiva de melhorar o sistema educacional, o poder da época lançou o referido método, que ficou popularmente conhecido no Brasil, porém não obteve êxito. De acordo com Terra (2014),

O plano fracassou por razões técnicas, políticas e principalmente econômicas, em virtude da pobreza do país. Desde as reformas pombalinas, já era uma tradição entre os membros da elite enviar seus filhos para estudar na Europa. Por outro lado, em um país basicamente exportador de produtos naturais, as profissões que exigiam escolarização ofereciam poucas perspectivas de carreira (TERRA, 2014, p. 112).

A necessidade de designar um sistema de controle das instituições da época foi reconhecida em 1854. Diante desse fato, o processo de fiscalização da rotina escolar foi instaurado, ficando sob a responsabilidade de um inspetor geral a função observadora da atuação dos professores, com isso, a condição de “fiscalizador dos professores” torna-se fortemente instaurada no processo educacional da época. Nota-se a intenção de definir o campo de atuação desse profissional.

O período imperial no Brasil começava a apontar para o fim, quando em 1889 as ações educacionais eram escassas e divididas, pois não havia um sistema estabilizado de educação que indicasse a qualidade do ensino.

Com a Proclamação da República (1889), ampliou-se o debate sobre os caminhos da educação nacional. Além da eterna disputa entre os partidários da educação elitista (particular) ou popular (pública e gratuita), havia os embates entre os defensores da educação religiosa ou laica. De uma forma ou de outra, esses conflitos permanecem vivos até os dias de hoje. (TERRA, 2014 p. 117)

A proclamação da república foi o ato crucial para a propagação e motivação dos ideais republicanos. Para Terra (2014), esse momento acendeu a chama da idealização de um novo Brasil. Os ideais republicanos afloravam discursos e prometiam transformações que iriam favorecer aos ideais educacionais daquela época, mas não só educacionais, visto que a promulgação da primeira constituição da república, trazia uma série de mudanças políticas e sociais, não esquecendo que surgiriam também legislações educacionais.

A época foi marcada pela criação do Ministério da Educação, Correios e Telégrafos. Um aspecto foi diferencial para a limitação de ações na Educação, a parte orçamentária, que sofreu uma disparidade em relação ao que era designado para os correios e

aos telégrafos, que foi privilegiado sob esse aspecto, deixando assim, a educação com uma parte inferior de recursos. Após um certo tempo, mais ou menos dois anos, o ministério foi suprimido e a educação foi incorporada ao Ministério da Justiça.

Com as mudanças importantes no sistema de gerenciamento da educação da época, destacou-se o papel da supervisão escolar nesse momento, uma vez que se tornaria fundamental para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, elementos que de forma crescente e marcante viriam, mais tarde, transformar a sociedade brasileira.

A transformação no campo educacional da época sinalizava para mudanças na organização do ensino, quando surge, nos anos 20, a figura dos técnicos em educação, também conhecidos como “técnicos de escolarização”. Para melhor compreensão dessa transformação educacional, a partir da figura do coordenador pedagógico nesse contexto, utilizaremos como base a definição de três momentos dessa função (citados em diferentes partes desta seção). De acordo com Medina (2002), que denominou [...] como sendo o primeiro momento da coordenação pedagógica no Brasil, o surgimento dos técnicos, descrito acima. A propagação dos ideais da Escola Nova e a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) são destaques da época, que foram utilizados para impulsionar essa categoria profissional. O surgimento da figura do supervisor, que até então estava integrada na figura do diretor e inspetor, passou a ser considerada distinta das funções anteriormente citadas.

Terra (2014), aponta para o surgimento de algumas reformas do ensino secundário de âmbito nacional, com o objetivo de implantar um currículo unificado para todo o país no período da Primeira República. As reformas Cesário Mota Jr. (1893), o Código Eptácio Pessoa (1901), a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa (1911), a Reforma Carlos Maximiliano (1915) e a Reforma Rocha Vaz (1925), e ainda, a reforma João Luís Alves, que criou o Departamento Nacional de Ensino (DNE) e o Conselho Nacional de Ensino (CNE), determinando a separação entre as partes administrativa e parte técnica do ensino, anteriormente unidas num mesmo órgão e o Conselho Superior de Ensino (CSE). Ações que podem ser entendidas como as primeiras tentativas para a elaboração de um Plano Nacional de Educação, no Brasil.

Por volta de 1922, a elite brasileira sofre diretamente as influências das ideias da Escola Nova, um movimento importante que teve como precursor o filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952). Mais tarde, em 1931, foi implantada uma reforma importante para o meio educacional, a Reforma Francisco Campos, que tinha como objetivo principal organizar diretamente os ensinos secundário e superior do país. A reestruturação do ensino superior com

a elaboração do Estatuto das Universidades, foi uma das principais ações da Reforma Francisco Campos, abrindo amplos espaços para a formação de professores secundários e para a cultura em geral. Nesse contexto, o ensino secundário passou a ter sete séries, o ensino das línguas vivas foi renovado, e se estabeleceu a inspeção técnica.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, uma das ações mais relevantes desse período, constituía-se com a participação de inúmeros educadores que aderiram ao movimento, propondo a melhoria da educação brasileira, marcando intensamente a sociedade da época. Muitos desses educadores foram evidenciados por suas ações, principalmente após a publicação do Manifesto, que aconteceu em 1932, tendo como principais personagens, por exemplo, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Nesse período, quando Getúlio Vargas assume, provisoriamente, o governo, os educadores, que encabeçavam o movimento, propulsionaram a revolução educacional da época. Diante desse fato, Libâneo et al (2006) enfatiza que:

[...] o *entusiasmo* pela *educação*, geraram as condições para que, em 1932, um grupo de educadores lançasse um manifesto ao povo e ao governo. Conhecido como *Manifesto do Pioneiros da Educação Nova*, esse documento pode ser considerado a primeira tentativa de elaboração de um plano de educação para o País, sendo “*a mais nítida e expressiva tomada de consciência da educação como um problema nacional*” (Azanha, 1998). (LIBÂNEO et al, 2006, p. 153)

Sendo a Escola Nova um movimento de renovação do ensino no país, este desenvolveu-se sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais. A ideia da Escola Nova propagava-se, uma vez que a educação era reconhecida como elemento verdadeiramente eficaz para a construção de uma sociedade democrática onde a individualidade do sujeito é respeitada, visto que a educação escolarizada deveria ser sustentada no indivíduo integrado à democracia, o cidadão atuante e democrático.

Os rumos para o país estavam estabelecidos, pois a política imperava na sociedade capitalista da época e as reformas educacionais surgiam para contribuir na formação de professores e técnicos em educação, cujas funções precisavam de definições para fazer sentido no campo educacional. Para Medina (2002), este período configura-se como o segundo momento da coordenação pedagógica no Brasil.

Novos momentos surgiam, enquanto isso a figura do coordenador pedagógico se adequava às transformações sociais, econômicas e políticas da época, uma vez que era necessário acompanhar as proposições destinadas ao campo educacional. Neste período, a Educação na Era Vargas não apresentava mudanças em relação aos períodos anteriores, pois o

governo da época não foi capaz de estabelecer uma política nacional para o sistema educacional.

Em 1934, com a promulgação da nova Constituição, segundo Terra (2014), foram traçadas as “linhas mestras de uma política brasileira, como: a educação como direito de todos, a obrigatoriedade da escola primária integral, a gratuidade do ensino primário e a assistência aos estudantes necessitados”. Em contrapartida a esse avanço, surge em 1937, uma nova Constituição, dessa vez, suspendendo todos os direitos dos cidadãos, abolindo os partidos políticos e, ainda as organizações de representação civil. Um momento crítico na sociedade brasileira, que afetava a todos. Foi instituído então um poder centralizador, onde o autoritarismo político imperava, porém, mascarado pelo “populismo”.

A Educação estava fadada ao retrocesso, quando no período que ficou conhecido como “Estado Novo”, foram instituídas mais reformas educacionais. O destaque, dessa vez, vai para a Reforma Gustavo Capanema (1942), que pretendia promover a reforma do ensino secundário, dividindo-o em dois ciclos: ginásio; clássico e científico. Além de ter como um dos seus principais objetivos formar a personalidade integral do adolescente e de acentuar, na formação espiritual do educando, a consciência patriótica e humanística. Muitas ações desse período foram importantes, porém, algumas merecem destaque, dentre elas: a criação da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Instituto do Livro.

A partir de 1964, um golpe civil e militar implantou o regime autoritário no Brasil. Diante da insustentabilidade das ações da época, uma ação foi importante, a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, bem como a instalação das Secretarias de Educação dos Estados, contribuição importante que se mantém até os dias atuais. A implantação da ditadura militar no Brasil fragiliza ainda mais a educação, bem como outros setores da sociedade daquela época. As constantes mudanças, afetaram principalmente a valorização dos profissionais que atuavam na educação, onde os valores éticos e morais também sofreram repressão. As práticas educacionais mostravam-se desanimadas e desorganizadas, uma vez que não havia um planejamento efetivo no sistema de ensino, além de que não poderia haver qualquer debate que envolvesse a causa da educação, bem como as problemáticas enfrentadas na época.

Diante desse cenário, o que dizer do coordenador pedagógico? Este se encontrava em situação de disfunção, ou seja, não havia sido destinada qualquer importância para esse profissional, muito menos qualificação para tal, que surgia em meio a tantos devaneios na sociedade da época, fatos que levaram ao comprometimento da função de coordenar o

processo de ensino. Restou apenas, aos coordenadores pedagógicos, a mera responsabilidade de supervisionar e controlar os processos pedagógicos que seriam aplicados, sempre atendendo religiosamente, ao que estava descrito pelas leis vigentes.

Percebemos então, que fica evidente a intenção, por parte do governo da época, de provocar nos profissionais da educação práticas que os levassem apenas à reprodução dos conhecimentos que estavam dentro dos interesses políticos da época, vetando, totalmente, qualquer possibilidade de críticas aos indivíduos e ao poder estabelecido. Esse é o momento em que percebemos a configuração do terceiro momento da coordenação pedagógica, no Brasil, de acordo com as indicações de Medina (2002), que vem sendo evidenciadas neste trabalho.

Os questionamentos sobre a educação começam a surgir quando a demanda educacional se tornava cada vez mais ascendente, percebendo toda a problemática da época, a sociedade começava a questionar o sistema. Nesse momento, surgiram movimentos, mobilizações coletivas de intelectuais, trabalhadores do campo da educação e estudantes que não se conformaram com os desmandos da época, descaradamente cometidos pelo regime militar, completamente ditatorial.

Os orientadores ou coordenadores pedagógicos não ficaram isentos desses movimentos, não se calaram diante dos desmandos e participaram do processo de inquietação social e decidiram arriscar-se na busca pela nova identidade de sua função pedagógica, uma vez que o momento era de indefinições, tanto da identidade quanto do papel do orientador no processo de formação do sujeito no contexto histórico, crítico e social. Nesse momento, em que os questionamentos sobre o papel dos especialistas em educação se confrontava com um período movimentado na tomada de decisões sobre os processos do ensino, Medina (2002), classifica este como o último momento da coordenação pedagógica, um emaranhado de movimentos coletivos, ações e indefinições, todos brevemente abordados nesse resgate histórico da coordenação pedagógica no Brasil.

Saviani (2008), afirma, em mais uma de suas análises sobre esse assunto, que foi quando se quis emprestar à figura do inspetor um papel predominantemente de orientação pedagógica e de estímulo à competência técnica, em lugar da fiscalização para detectar falhas e aplicar punições, que esse profissional passa a ser chamado de supervisor. Em meio a tantos desafios, insatisfações, indefinições e outras situações envolvendo o processo de ensino, convém lembrar que a supervisão educacional se deu, por fim, oficializada por meio da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 5.692/71, que também

tratou e definiu o processo de formação para a devida atuação desse profissional no sistema de ensino da época, conforme os seguintes artigos:

Art. 10. Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade.

Art. 33. A formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação. (BRASIL, 1971)

O profissional de supervisão pedagógica acompanhou as tendências pedagógicas de acordo com cada período, reafirmando a presença da figura de um profissional capaz de supervisionar o trabalho pedagógico em todos os momentos, ainda que, com nomenclaturas distintas. Desse modo, é fácil entender que a evolução histórica da coordenação pedagógica foi submetida a muitos testes de resistência da função até que se mostrasse fundamental para o alinhamento de ações e propostas de ensino. Uma vez que a atividade de supervisão dos trabalhos pedagógicos se transforma numa grande responsabilidade, podendo incidir no desenvolvimento social, econômico e político de um país.

3 O REPOSICIONAMENTO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA A PARTIR DA REFORMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O papel da coordenação pedagógica nos dias atuais, descrito nesta seção, a partir de um breve reposicionamento da função, provoca uma série de reflexões sobre o assunto, uma vez que podemos afirmar com veemência que os principais responsáveis pelos processos de transformação que devem ocorrer nas escolas de todo o país são os professores, coordenadores e os próprios alunos. Diante dessa exposição, fica evidente a necessidade de compartilhar, nesta etapa do trabalho, os novos espaços, concepções, bem como as inovações que devem ser aplicadas na prática, provocando mudanças de ações de todos os envolvidos no processo educacional.

A reforma da educação brasileira, segundo Libâneo et al (2006), teve início com um conjunto amplo de ações, porém sem aumento de recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Daí podemos perceber que as dificuldades surgiriam e serviriam de empecilho para o desenvolvimento do processo educacional, uma vez que o investimento é fator primordial para apoiar as ações que serviriam para alcançar tal objetivo. Com isso, o arcabouço da reforma educacional começava a se definir e com ele, iniciava-se o processo de definições do papel do coordenador nos diversos momentos em que a educação foi abordada, discutida e reformada.

A identidade do coordenador pedagógico começa a ser questionada, enquanto isso, um conjunto de reformas eram implantadas na educação brasileira, considerando a informação que aponta a existência de um forte movimento educacional até a definição do papel do coordenador pedagógico. A partir desse momento, a organização das escolas era diretamente afetada por um conjunto de ações direcionadas para à gestão da educação como um todo. Todas as ações culminaram no conjunto de alterações na legislação educacional, que resultou na construção de uma forte legislação, a LDBEN nº 9394/96. Um momento de transformação, partindo dessa premissa, Ferreira (2015) afirma que,

Após a promulgação da Lei n ° 9.394/1996, os profissionais da educação assumiram maiores responsabilidades com a elevação das atribuições concernentes à gestão pedagógica, financeira e administrativa da escola. Mudanças essas que vieram na esteira crise social e econômica que dominou o cenário do país na década de 1990 e que foram visualizadas pelos altos índices de desemprego, da pobreza e da marginalidade social (FERREIRA, 2015, p. 32).

O desencadeamento de ações desde a nova república para os dias atuais foi intenso. A constituição da legislação vigente evidencia a forma mais ambiciosa das medidas

de política educativa, ou seja, uma mudança de concepção total do sistema educativo que possuímos. Não se trata apenas de dar novas formas ao sistema vigente, como se poderia pensar e acreditar, mas sim de imprimir uma nova orientação e de propiciar vitalidade a tudo aquilo que perdeu atualidade.

É necessário entender que a reforma surge quando um sistema detém em seu processo de evolução um estaque que o leva uma rotina; neste caso, as políticas de educação estão inseridas na perspectiva de possibilitar condições essenciais para garantir o direito à Educação Básica. Nesse intuito, o art. 205 de nossa Constituição Federal de 1988 é claro: a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É evidente que as leis criadas a partir da Constituição Federal de 1988 contribuíram de forma significativa para a melhoria e organização do sistema educacional brasileiro, tal constatação, porém, não isenta a possibilidade e o reconhecimento de que há muitos problemas a serem resolvidos. Tudo isso nos leva, pois, a dar novo valor ao poder de transformação da educação

As decorrências direcionadas de tantas falhas no processo de reforma do sistema educacional no país, incluindo os devaneios provenientes da dificuldade para a definição da real função dos coordenadores pedagógicos, se faz presente desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, perdurando até os dias atuais. O retrato dessa indefinição de papéis para acompanhamento e orientação do processo educativo vem sendo sentida nas redes municipal e estadual de ensino do país, que são as mais prejudicadas pela escassez desse profissional no trabalho pedagógico.

Outro ponto que merece ser evidenciado aqui, é o que trata da reforma do Ensino Médio, que foi colocado em segundo plano por longos anos, talvez por não sentirem a necessidade de tirar a calmaria da educação brasileira e, assim, descartar a possibilidade de desativar a zona de conforto dos que tem a função principal de discutir, ouvir, e promover a mudança necessária. Caso houvesse, na organização atual do ensino, situação que se vê nos últimos dias, quando a educação tem sido discutida de forma desorganizada, provocando o levante de movimentos institucionais, revoltas populares envolvendo estudantes, professores e demais trabalhadores da educação pública brasileira.

Diante desse contexto, a coordenação pedagógica se vê com o poder de promover a grande e esperada transformação no processo de ensino de uma instituição. Sabendo que o coordenador pedagógico é ator privilegiado para a discussão em curso, é necessário enfatizar

sua importância diante das inúmeras vivências que são propostas pelo ambiente escolar, evidenciando que “o coordenador eficiente centraliza as conquistas do grupo de professores e assegura que as boas ideias tenham continuidade” (AUGUSTO, 2006, p. 01). Tal afirmação se deve ao fato de entendermos que ele tem, na escola, uma função articuladora, formadora e transformadora.

O coordenador pedagógico, como elemento mediador entre currículo e professores, tem potencializado cada vez mais sua relevância no meio educacional, podendo oferecer muito mais que se imagina para uma instituição escolar. Segundo a análise de Augusto (2006), este profissional necessita envolver-se com o meio escolar, pois é necessário construir histórias institucionais. Diante desse pensar, passamos a entender que as ações básicas, que devem ser desenvolvidas por profissionais da escola, inclusive do coordenador, precisam estar ligadas à vida escolar em todas as dimensões, pois dessa forma, certamente será possível a concretude de uma história escolar, também servirá para contribuir com o não rompimento ou quebra de ações e frequentes recomeços.

Tendo como função principal oferecer condições para que os professores desenvolvam seus trabalhos de forma coletiva, focados nas propostas curriculares, o que não é fácil, já que uma série de empecilhos estão presentes para atrapalhar esse processo. É preciso que o coordenador instaure no ambiente escolar o significado da coletividade para o alcance das metas propostas, sem esquecer do continuísmo de ideias, citado por Augusto (2006), atividade relevante para o sucesso do processo de ensino, designada ao coordenador pedagógico.

A educação básica necessita da atuação e cuidados de um coordenador pedagógico, um profissional responsável pelo planejamento coletivo e participativo de ações que devem ser desenvolvidas, de forma articulada, além de principal motivador de práticas de ensino inovadoras e eficazes, culminando no alcance do sucesso da aprendizagem dos envolvidos no trabalho pedagógico, tais ações e características se perpetuam como aspectos primordiais para a habilitação de um profissional designado para tal função.

A escassez desse profissional nas equipes gestoras de ensino tem suscitado, em órgãos de gerenciamento da educação, bem como SEMED e Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), a ampliação da oferta dessa função em várias instituições de ensino, provocando significativas mudanças no processo de orientação e acompanhamento do ensino desenvolvido nas escolas de todo o país, mesmo assim, o número de profissionais disponíveis e habilitados ainda está abaixo do necessário para suprir as necessidades emergentes.

Não há como pensar esse profissional da coordenação pedagógica sem fazer referência à gestão de uma escola. De acordo com Libâneo et al (2006), o diretor coordena, organiza e gerencia todas as atividades da escola, auxiliado pelos demais elementos do corpo técnico-administrativo e do corpo de especialistas. Ao se referir ao corpo de especialistas, notamos a presença do coordenador como o colaborador do processo, aquele que concretiza a ação do fazer pedagógico, que busca meios para o fortalecimento da coletividade. Dessa forma, é imprescindível pensar no coletivo das ações pedagógicas sem relacioná-lo à uma função vital para a escola.

3.1 Analisando as consequências da reforma e da formação no papel do coordenador pedagógico

As reformas trouxeram inúmeras consequências para a vida dos coordenadores, conflitos, paradoxos relacionados a atuação desses profissionais. Algumas expressões podem retratar momentos dessa análise, dentre elas podemos citar: o papel desempenhado, a reflexão sobre a prática, a realidade e os limites de atuação, a rotina e as dimensões do trabalho pedagógico, questões que repercutem atualmente, após a reforma do ensino no Brasil.

Sobre esse trabalho pedagógico e o responsável por sua execução, o coordenador pedagógico, Libâneo et al (2006), dá sua contribuição afirmando que

As mudanças socioeconômicas apresentam novas exigências e fazem com que eles vivam tempos paradoxais. Por um lado, têm suas tarefas ampliadas, são muito exigidos, mas, por outro, nada lhes é oferecido em troca. A carreira continua apresentando as dificuldades existentes há muito tempo (LIBÂNEO, et al, 2006, p. 271).

Em pleno século XXI, quando nos encontramos num contexto de transformação, nos deparamos com alguns impactos e desafios próprios da função do coordenador, muitos desses são de cunho socioeducativo. O novo papel exige também uma nova postura profissional para que a efetividade da ação pedagógica se realize, visto que a construção de uma nova postura profissional talvez seja a mais desafiadora de todas as atribuições de um profissional, que desempenha o papel de coordenador de assuntos pedagógicos numa determinada instituição de ensino.

A formação dos profissionais do ensino foi um dos fatores da reforma educacional que repercutiu e ainda repercute no exercício da profissão do coordenador pedagógico. Libâneo et al (2006), afirma que o processo de formação dos profissionais do ensino sofreu

mudanças com a nova LDB. Ele cita ainda dois momentos relevantes, para que possamos entender esse processo de formação:

Antes da reforma, havia duas maneiras de formar professores: o magistério em nível de segundo grau e a atual licenciatura no curso superior. A LDB 9394/96 ampliou essas modalidades. É possível formar professores em nível médio para atuar na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental, assim como formá-los nas licenciaturas para as diferentes áreas do saber das séries finais do fundamental e de todo o ensino médio. A nova LDB prevê ainda formação de professores em cursos normais superiores, formação pedagógica para os bacharéis e formação em serviço (educação continuada). (LIBÂNEO et al, 2006, p. 271).

A função da coordenação pedagógica foi estratificada no período da educação tecnicista. Houve a separação da parte administrativa com a parte técnica no meio educacional, que antes estavam unidas num mesmo órgão, dando origem à figura do supervisor, com responsabilidades distintas da figura do diretor e inspetor. Esse contexto se fez antes da reforma educacional, quando a estrutura fabril tinha as funções separadas. Após a reforma, houve a aglutinação destas, ficando apenas a função do gestor separada das demais. Dessa forma, as funções de orientação, supervisão e inspeção foram aglutinadas sob o papel do coordenador pedagógico, provocando a indefinição do papel desse profissional no campo educacional.

Diante desse novo contexto abordado sobre a formação de profissionais da educação, Libâneo et al (2006, p. 273), corrobora em seus escritos uma informação relevante sobre os critérios exigidos para que o coordenador pedagógico esteja devidamente habilitado no exercício da sua função. Esses critérios, estabelecidos pela legislação atual, LDBEN nº 9394/96, determina os critérios para o desempenho da função na educação básica, citados no título VI, que trata dos profissionais da educação quando afirma,

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996).

A partir desses critérios, convém fazer uma análise sobre essa formação, considerando que a formação dos coordenadores pedagógicos no Brasil ainda é um problema, mesmo depois de tantas discussões e debates realizados com a intenção de desmistificar essa problemática. Nos últimos anos, percebemos que a formação na área de Pedagogia tem possibilitado a colocação de muitos profissionais no mercado de trabalho, que são designados para atuar como coordenadores pedagógicos nas mais diversas escolas. É nesse ponto do assunto que surge um dilema, que vem assolando o campo de apoio pedagógico nas redes de

ensino. O fato é que muitos profissionais, após saírem das universidades, não têm clareza de suas reais atribuições, enquanto coordenadores pedagógicos, uma vez que, há uma indefinição, que persiste até hoje, no que se refere ao seu papel.

Algumas redes de ensino contratam coordenadores pedagógicos por meio de concursos ou seletivos, que são criteriosos e exigem a formação legal, dando prioridade para a formação específica em coordenação pedagógica. Enquanto isso, outras realizam essa contratação, bastando ser professor para atuar no contexto pedagógico, e sendo professor, o critério seria apenas a vasta experiência na área da docência, para ser transformado em coordenador pedagógico. Cabe enfatizar que a experiência é uma aliada para aproximar esse profissional das necessidades de seus professores, no entanto, diante de tantas exigências, que emergem hoje no mundo pedagógico, é necessário que esse profissional seja dotado de componentes específicos, que possibilitem uma atuação mais direta, com maior clareza de suas ações na instituição.

Libâneo et al (2006), ampliando o debate sobre a formação do coordenador pedagógico na escola e as exigências direcionadas a ele, designa um setor específico para acomodar os profissionais que apoiam o desenvolvimento do trabalho pedagógico de uma instituição de ensino, classificando como “setor pedagógico”, chamando a atenção para a habilitação necessária.

O setor pedagógico compreende as atividades de coordenação pedagógica e de orientação educacional. As funções dos especialistas na área variam conforme a legislação estadual ou municipal, e, em muitos lugares, suas atribuições são unificadas em apenas uma pessoa ou são desempenhadas por professores. Como constituem funções especializadas, que envolvem habilidades bastante especiais, recomenda-se que seus ocupantes sejam formados em cursos específicos de Pedagogia (LIBÂNEO et al, 2006, p. 342).

As discussões mais recentes apontam para uma dissonância que trata das reais atribuições, pois o excesso de serviços burocráticos na escola, alinhada com a escassez de profissionais que atuam na gestão administrativa da escola, poderá direcionar os coordenadores para a realização de outras funções, que não são específicas de sua formação, bem como, o recrutamento destes para apoio em laboratórios de informática, serviços de controle do portão da escola, preenchimento de documentações da secretaria escolar, entre outros serviços necessários para o funcionamento da escola.

Um segundo ponto de discussão surge no momento em que fica evidente que uma grande parte dos profissionais designados para exercer a importante função pedagógica não possui a formação necessária para tal atividade, muitos, geralmente, possuem apenas a experiência, como já foi citado. Ao perceber situações recorrentes desse aspecto, algumas

Instituições de Ensino Superior (IES), que promovem a formação de professores, vem buscando o desbravamento desse problema, através de reformulação dos currículos e inclusão de novos componentes curriculares para atender a demandas que emergem frequentemente para esses profissionais.

A difícil tarefa de analisar o papel do coordenador pedagógico diante das consequências de sua formação, apresentadas nesta seção, é criar meios para construir um paradigma social de sua função, visto que o educador é aquele que trabalha para a coletividade, mas sem desvalorizar as ações individuais e que devem estar atentos aos aspectos da humanização do processo educacional, por onde perpassam todas as suas ações com o objetivo principal de promover, mediar diversas práticas transformadoras, na busca e efetivação do saber.

3.2 O papel do coordenador pedagógico e os novos rumos para ressignificação de sua função frente às novas exigências educacionais

O horizonte do processo educativo deve ser a principal mola de sustentação do papel do coordenador pedagógico. Cada vez mais esse profissional é visto como fundamental no processo de gestão pedagógica, com isso, busca-se adquirir informações sobre o perfil dos profissionais da coordenação pedagógica, a fim de que movimentem as discussões do campo pedagógico. Essas discussões se fortalecem sobre como qual deve ser, realmente, o papel e o desempenho do coordenador pedagógico, diante de tantas exigências no contexto educacional. Para contribuir com nosso entendimento sobre o importante papel desse profissional, Pimenta (2004) expõe uma visão muito interessante sobre o coordenador pedagógico, quando diz que:

O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica (PIMENTA, 2004, p. 116-117)

Nesta seção, vamos descortinar a profissão do coordenador em busca dos novos rumos para ressignificar a sua prática e seu desempenho no espaço destinado às atividades pedagógicas. Apresentamos um breve direcionamento para a apropriação de saberes sobre o exercício da função desse profissional, designado pelas instituições de ensino para propor, acompanhar, orientar, supervisionar e coordenar os assuntos pedagógicos, diante das inúmeras exigências que emergem do campo educacional nos dias atuais. É exatamente isso que Libâneo et al (2006) afirma sobre as funções desse profissional, quando diz que:

O *coordenador pedagógico* ou professor-coordenador coordena, acompanha, assessora, apoia e avalia as atividades pedagógico-curriculares. Sua atribuição prioritária, ainda segundo o educador, é prestar assistência pedagógico-didática aos professores em suas respectivas disciplinas, no que diz respeito ao trabalho interativo com os alunos (LIBÁNEO et al, 2006, p. 342)

Somos conscientes dos desafios enfrentados para que a implementação dessa profissão fosse legitimada, bem como conhecemos as necessidades desse profissional nas escolas, públicas e privadas, visto que a escassez de coordenadores ainda é iminente na maioria dos estabelecimentos educacionais, um dilema real enfrentado atualmente por muitas equipes de gestão escolar, bem como, os transtornos causados por baixos rendimentos nos resultados dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), apresentados pelas instituições de ensino, quando o assunto se refere às avaliações em larga escola.

A necessidade de apontar novos caminhos para a função que incide em coordenar trabalhos pedagógicos tende a promover a percepção de que o papel do coordenador pedagógico, enquanto formador de professores, se constitui como “eixo central” de todo o processo de avaliação, acompanhamento e apoio ao professor no cotidiano da escola. Essa responsabilidade da formação no contexto profissional, em serviço, só vem contribuir com o desenvolvimento educacional na atualidade, visto que o profissional que está dentro da escola, acompanhando as vivências de sala de aula, que percebe e consegue avaliar as demandas desses professores, é a função *master* do coordenador pedagógico, que precisa ter bom desempenho para atender, de forma satisfatória, esses professores envolvidos no processo de ensino.

O profissional que atua no desenvolvimento de atividades pedagógicas deve ser um profissional capaz de realizar constantes reflexões sobre as transformações sociais e educacionais, que ocorrem e afetam o cotidiano da comunidade, além disso, é necessário ainda assumir a função de “descobridor de possibilidades”, que promovem o crescimento e o desenvolvimento do professor, através de diversos recursos inovadores, estudos pedagógicos, entre outros, legitimando sua condição de articulador num processo fundamental para o ensino, a formação continuada do quadro docente.

A desconstrução de alguns paradigmas existentes na escola perpassa por questões como situações que envolvem o relacionamento dos professores com o coordenador, visto que em algumas situações, o coordenador não é bem visto por seus colegas, por já fazer parte do quadro docente da escola e ter convivido com seus pares. A legitimação do coordenador pode ser fortemente afetada pelo fator antecedente, por essa razão, muitos não conseguem se legitimar no contexto pedagógico, causando alguns entraves no meio escolar.

A situação que retrata a resistência do grupo de professores ao trabalho do “professor” que ocupou o espaço de coordenador pedagógico, passa por um processo de desconstrução da ideia de conflitos. Administrar essa nova vivência é uma questão de formação, tanto inicial quanto continuada do coordenador em efetivo exercício. Para que esse profissional, reconhecido como “formador” desse professor, seja legitimado, respeitado, é necessário atender critérios fundamentais para o exercício da função, conforme relação a seguir:

1. Conhecer os preceitos da gestão pedagógica;
2. Ser articulador de diversos saberes (disciplinares, curriculares e experienciais);
3. Saber administrar situações de trabalho coletivo;
4. Conhecer os processos didáticos, nem sempre adquirido nas universidades;
5. Perceber as demandas dos profissionais e dos alunos de uma instituição de ensino;
6. Saber fazer um plano de ação, de gestão e de formação dos profissionais da escola em que está inserido;
7. Ter um bom relacionamento com os profissionais da escola, com os pais e a comunidade;
8. Ter capacidade para dar apoio pedagógico ao processo de ensino, entre outras.

O fato é que há uma mudança de paradigma no que diz respeito a figura e atuação do coordenador pedagógico, retratada na sua percepção, não mais como um “fiscalizador” do trabalho do professor, mas como um colaborador. Sobre isso, é importante ressaltar a notoriedade da apreensão dos professores de várias instituições, no que concerne ao fato de “não” ter um fiscalizador do trabalho do professor, uma vez que essa imagem assusta e afasta o professor da legitimidade do papel do coordenador no processo de apoio pedagógico.

O coordenador pedagógico na condição de colaborador e parceiro do professor deve ser uma estratégia eficaz para superar a visão de fiscalização do trabalho docente, podendo ser desconstruída a partir do momento que o “profissional de apoio pedagógico” se coloca como “apoiador” do professor, desde o processo de planejamento das aulas, até as conhecidas “devolutivas”, quando se abre diversos espaços para reflexão sobre as sequências didáticas que serão desenvolvidas, os projetos coletivos, as atividades de coordenação, os encaminhamentos didáticos, as estratégias que serão utilizadas na prática docente, nesse momento o coordenador mantém um diálogo de “parceria” pedagógica bilateral e não o contrário.

O que deve ficar marcado é a imagem daquele profissional que pode ajudar nas dificuldades do momento em que a aula está para ser desenvolvida, ou seja, quando o professor estiver junto ao coordenador desde o início do processo de planejamento, realização e avaliação dos resultados do trabalho pedagógico, momento que ajuda na superação da visão anterior.

Somente com estruturas gestoras fortalecidas, uma vez que a direção e a coordenação correspondem às tarefas agrupadas sob o termo gestão, segundo Libâneo (2006), poderão legitimar e consolidar a eficiência nas práticas de organização do trabalho pedagógico. Partindo desse pressuposto, o papel do coordenador é o de assumir e liderar a busca de soluções para eventuais problemas. Diante dessa premissa, alguns aspectos, devem ser considerados por relacionar-se diretamente à atuação e desempenho do coordenador pedagógico no contexto escolar, conforme os que seguem citados:

1. As condições necessárias oferecidas ou não pelas escolas para o desempenho da função de coordenação do trabalho pedagógico;
2. A liderança da gestão do projeto pedagógico, como tarefa coletiva do corpo docente e responsabilidade do gestor responsável, atendendo ao princípio constitucional da educação nacional, garantindo o padrão de qualidade;
3. O domínio dos conhecimentos sistemáticos, que podem alargar o campo e o horizonte de novos conhecimentos;
4. Elaboração de regimentos internos e regras internas da escola, documentos que ressaltam a noção de autonomia dos estabelecimentos escolares (Art. 15 da LDB);
5. Interação com as famílias ou com os responsáveis, o que poderá contribuir para a permanência do aluno na escola;
6. Liderar propostas que ajustem o calendário escolar, a organização pedagógica, os conteúdos curriculares, os processos avaliativos, conforme a realidade em que a escola está inserida.

Diante da multiplicidade de funções designadas ao coordenador pedagógico, bem como da necessidade de sintetizar tantas atribuições, situação provocada pela quantidade significativa de trabalhos que vem sendo produzidos sobre a temática em foco, convém usar o poder de supressão dessas atribuições do coordenador, apontando apenas duas atribuições que englobam as demais, conforme a proposta de Libâneo et al (2006), a primeira, descrita por ele, como uma atribuição prioritária, prestar assistência pedagógico-didática aos professores,

e a segunda, o relacionamento com os pais e a comunidade, referindo-se ao funcionamento pedagógico-curricular e didático da escola e à comunicação das avaliações dos alunos. Como vemos, as atribuições descritas se tornam globais no exercício da prática de coordenação pedagógica.

4 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE PEDRO DO ROSÁRIO

Segundo Libanê et al (2006, p. 239) “o termo organização refere-se ao modo pelo qual se ordena e se constitui um sistema [...], a organização da educação escolar nacional faz-se pelas esferas administrativas, ou seja, pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios”. Diante desse entendimento, fica evidente a responsabilidade dessas esferas pela organização pedagógica do ensino, que deve ser oferecido com base nos princípios de organização e qualidade, uma vez os bons resultados dependem da boa organização do trabalho pedagógico de uma instituição escolar ou mesmo de uma rede de ensino.

Sendo a educação uma necessidade que o homem possui para que viva bem em sociedade com seus iguais, é importante evidenciar a relevância deste trabalho, que fora realizado por meio de uma pesquisa desenvolvida no espaço educacional, cujo objeto de estudo é o papel do coordenador pedagógico nos processos gestão da escola, com foco na organização do trabalho pedagógico da rede municipal de ensino do município de Pedro do Rosário, município do estado do Maranhão. A escolha do tema se deu por inúmeras razões, dentre elas, a necessidade de conhecer os parâmetros, métodos e ferramentas utilizadas durante o acompanhamento oferecido pela SEMED, bem como o plano de gestão do sistema de ensino.

A intenção de conhecer o papel do coordenador pedagógico no contexto atual da educação pedrorrosariense, a partir do trabalho pedagógico que tem sido realizado na rede municipal de ensino local, transforma-se numa ação indispensável, visto que somente a partir da efetivação desta, poderemos encontrar meios que facilitem a indicação dos novos rumos para a ressignificação do papel do profissional, que atua como coordenador pedagógico.

Partindo dessa premissa, é indispensável que façamos uma reflexão sobre a função do pedagogo no sistema municipal de ensino. Sobre isso, Soares (2014, p.111), apresenta uma definição simples, porém, relevante sobre tal profissional quando o considera como “o profissional da educação que tem por função primordial a organização e a coordenação de todo o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola”. Dessa forma, a função da equipe pedagógica no Sistema Municipal de Ensino encontra-se maximizada no processo educacional, atuando em todos os espaços (formação, acompanhamento pedagógico, entre outros), para garantir que as escolas da rede ao qual está vinculado cumpra com sua função política, pedagógica e social, dando sentido e validade ao projeto proposto pelas escolas.

4.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa teve como temática o papel do coordenador pedagógico nos processos de gestão da escola, com um recorte que tratará sobre a organização do trabalho pedagógico desenvolvido na Rede Municipal de Ensino de Pedro do Rosário. Todavia, para efeito desse texto abordaremos as formas de organização do trabalho pedagógico, desenvolvidas nesse município.

Localizada na região da Baixada Maranhense, Pedro do Rosário é uma cidade nova, com apenas vinte e dois anos de emancipação. Sua população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está estimada para 2016 em 24.748 habitantes, seu gentílico é pedrorrosariense e a área da unidade territorial, referente a 2015, é de 1.749,885 km². Como podemos perceber na Figura 1, a área do município é extensa, um dos fatores que contribui para a difícil tarefa de desenvolver serviços de supervisão e acompanhamento do ensino no município.

Figura 1: Mapa do município de Pedro do Rosário



Fonte: IBGE (<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=210825>).

A população do município é formada de pessoas simples, em sua maioria, trabalhadores rurais e pescadores, que tem um padrão de vida consideravelmente carente, uma vez que a renda da população está, em média, abaixo de um salário mínimo. Convém ressaltar que os serviços públicos, inclusive educacionais, são prestados de forma precária.

A história e formação da população pedrorrosariense se deu quando a comunidade era apenas um pequeno povoado denominado Bela Vista, que pertencia ao município de Viana. O povoado teve sua origem com o Sr. Leocádio Pereira Pinto e família, reconhecido com um dos primeiros moradores do lugar. Por volta de 1959, chegou ao lugarejo o Sr. José Maria Cutrim Serra e família, que construiu moradia ao lado de Leocádio Pereira Pinto e batizaram o lugar com o nome de Bela Vista, pela beleza natural formada por um grande barranco, ornamentado pelo imenso palmeiral de babaçu e juçara, configurando um cenário de rara beleza.

Com a demarcação para a construção da estrada de rodagem, a casa de Leocádio Pereira Pinto serviu de marco no entroncamento constituído por 54 km para Viana, 44 km para Zé Doca e 63 km para Pinheiro. Tanto, pela centralização entre os municípios, como também pela sua riqueza fértil do solo, o lugar foi atraindo novos moradores, todos trabalhadores rurais, como as famílias de Adão, Antônio Raposo, Lazinho, Mundoca e outros. Após a construção da estrada carroçável em 1968, ligando os municípios de Zé Doca e Pinheiro, Bela Vista recebeu mais moradores, aumentando o número de residências. Apesar do lugarejo contar com a missão religiosa dos padres de Pinheiro, nesse ano, foi celebrada uma missa em louvor a construção da estrada pelo Pe. Inácio de Mouro, vigário da diocese de Viana e, a pedido de seus habitantes, o povoado foi batizado com o nome de Nova Bela Vista.

O pequeno povoado foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Pedro do Rosário através da Lei estadual nº 6190, de 10 de novembro de 1994, desmembrado de Pinheiro, sede no atual distrito de Pedro do Rosário (ex-localidade).

Atualmente, o município conta com uma rede de ensino composta de 98 escolas, destas, sete escolas estão localizadas na sede do município e 91 escolas localizadas na zona rural. A condição das escolas, em sua maioria, beira a precariedade, principalmente no quesito da estrutura física, além de outros setores que se encontram com graves deficiências, o que compromete consideravelmente a qualidade do ensino oferecido, repercutindo diretamente nos índices educacionais do município.

Apresentando um índice de 0,516, o município é, atualmente, um dos integrantes do G30, grupo dos 30 municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano do Maranhão (IDHM). Apesar de todos os investimentos, programas e projetos em que o município está inserido, sendo maioria de iniciativa dos governos estadual e federal, não há nenhum indicativo de elevação nos índices educacionais ou desenvolvimento social, principalmente no setor educacional, um dos mais críticos.

Diante do exposto, a pesquisa se mostra fundamental para o aprofundamento de informações sobre a dinâmica da organização do trabalho pedagógico no município, a situação dos índices educacionais alcançados até os dias atuais e, ainda, sobre o suporte pedagógico oferecido na rede municipal de ensino. Considerando a temática em análise, convém ressaltar que este trabalho poderá contribuir muito para a indicação dos possíveis rumos à ressignificação do papel do coordenador pedagógico no contexto educacional local.

Partindo dessa premissa, Demo (2013, p. 118), vem nos mostrar que a pesquisa quer fazer jus à complexidade da realidade [...]. Há fenômenos que primam pela qualidade no contexto social, como militância política, cidadania, felicidade, compromisso ético e assim por diante, cuja captação exige mais que mensuração de dados.

Desse modo, é estabelecido o foco qualitativo desta pesquisa, realizada na Secretaria Municipal de Educação do município de Pedro do Rosário. No decorrer desse processo, foi possível conhecer o sistema municipal de ensino através de uma análise documental, que possibilitou o acesso e, conseqüentemente, a análise de dados constantes no Plano Municipal de Educação, que fora muito discutido, segundo alguns envolvidos no processo. Durante esse processo de análise, buscamos entendimentos sobre as formas de organização do sistema municipal de ensino, bem como, o desenvolvimento desse trabalho nas unidades escolares municipais.

A entrevista, foi um dos instrumentos relevantes para a coleta de dados, tendo sido aplicada junto à assessoria técnica da SEMED, que contribuiu com o fornecimento de elementos importantes, permitindo conhecer um pouco mais sobre o trabalho do setor pedagógico da SEMED. A entrevista foi realizada apenas com um técnico responsável pelo setor, a coordenadora do setor pedagógico, professora Zildete Moreira Saraiva, devido à ausência dos demais integrantes da equipe, que estavam em outro município.

Na entrevista, Zildete Saraiva informou que: “o serviço de apoio pedagógico é fragmentado por vários motivos”, disse a coordenadora, que ainda complementa esclarecendo: “a secretaria não disponibiliza recursos necessários para que o serviço seja realizado a contento. Nós não temos nem transportes para deslocamento da sede para as escolas do interior, se queremos ir fazer as visitas, precisamos fazer isso com motocicletas, ou seja, os agentes seguem em seus próprios transportes até as escolas para onde são designados aqui na secretaria. Esse é um dos maiores problemas”. Assim, foi feita uma só entrevista, suficiente para delinear a organização do trabalho pedagógico da SEMED.

A pesquisa qualitativa se deu por entender que, neste caso, a busca de saberes sobre a organização do trabalho pedagógico na rede municipal de ensino é importante, uma

vez que oportuniza o aprofundamento de saberes sobre uma organização educacional, no caso, a secretaria municipal de ensino. Assim sendo, a abordagem realizada permite o entendimento de que será maior será a compreensão sobre o contexto educacional e sua relação o desenvolvimento socioeducativo da comunidade em estudo, bem como favorecerá no processo de construção de análises sobre a organização pedagógica da rede de ensino.

Várias visitas foram realizadas às escolas da rede com o objetivo de conferir o desenvolvimento desse acompanhamento pedagógico, assim, poderíamos nos certificar sobre todo o processo pedagógico. O Plano Municipal de Educação, concluído em 2015, após um extenso período de reuniões e encontros para discussão das necessidades existentes no contexto educacional, foi implementado sobre a perspectiva de definir o cumprimento e alcance de suas metas por um longo período.

O referido documento foi o recurso mais importante para a construção e embasamento deste trabalho monográfico, visto que possui informações de grande relevância para a compreensão do processo de organização do trabalho pedagógico na rede municipal do espaço já citado. Verificamos que não há um plano de formação continuada disposto de forma detalhada para o processo de formação docente, nem mesmo um plano de atividades da assessoria técnico-pedagógica, pois tudo é realizado seguindo apenas o que está proposto no PME, sem detalhamentos específicos, até porque foi possível notar que disponibilidade da equipe de assessoria técnico-pedagógica é escassa, o que compromete significativamente a qualidade do serviço oferecido ao sistema de ensino.

4.2 Caracterização e organização do sistema municipal de ensino

A rede municipal de ensino de Pedro do Rosário apresenta-se com uma proposta de educação inclusiva, conforme o PME, documento elaborado em caráter coletivo, atualizado com as novas resoluções vigentes, bem como a legislação educacional, que fortalece as propostas de educação inclusiva e formação de docentes.

A Secretaria Municipal de Educação de Pedro do Rosário, existente desde a sua emancipação política, decretada através da Lei nº 10.190, de 10 de novembro de 1994, não sofreu qualquer ato de reorganização por outras leis, a não ser modificações de gestão administrativa. Atualmente, a estrutura da SEMED é formada por:

Órgãos Colegiados:

- a) Conselho Municipal de Educação
- b) Conselho Municipal de Alimentação Escolar

- c) Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Órgãos da Administração Direta:

- a) Gabinete do Secretário – que desempenha funções de coordenação, representação política e social da secretaria;
- b) Coordenadoria de Programas e Planos Estratégicos – que oferece a articulação da SEMED com as organizações centrais, SEDUC, Ministério da Educação (MEC), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e outro, assessorando tecnicamente o titular da pasta.
- c) Assessoria Técnico-Pedagógica – formada por coordenadores, orientadores e agentes pedagógicos, responsável pelo desenvolvimento e organização do trabalho pertinente às ações de cunho pedagógico da rede municipal, como: acompanhamento e organização do plano curricular, construção e atualização do projeto político pedagógico (PPP) das escolas da rede, planejamento e acompanhamento da gestão escolar e quadro docente das escolas em funcionamento.
- d) Coordenação de Inspeção Escolar – responsável por análises e parecer técnico em processos de credenciamento, autorização e reconhecimento de documentos diversos.
- e) Coordenação do Livro e Materiais Didáticos – responsável por acompanhar as ações de distribuição de livros e materiais para as escolas da rede municipal.
- f) Coordenação da Frequência e Censo Escolar – responsável por todo o processo de inserção de dados e acompanhamento de frequência do censo escolar.
- g) Coordenação de Comunicação - responsável pela coordenação das atividades de comunicação interna e externa da SEMED.
- h) Setor de Recursos Humanos – tem por finalidade coordenar as atividades de recursos humanos, material e patrimônio, comunicação e documentação, serviços gerais e as de telecomunicações e tecnologia da informação, previstas em legislação específica do Sistema Municipal de Administração.

O setor que está totalmente ligado ao nosso foco de trabalho é a assessoria técnico-pedagógica, que responde pelo desenvolvimento e organização do trabalho pertinente às ações de cunho pedagógico da rede municipal, dentre elas as formações dos docentes. As

ações desse setor se dá conforme as indicações no Plano Municipal de Educação de Pedro do Rosário, de 2015, que trata sobre a organização do sistema de ensino municipal, afirmando que a assessoria oferece e “realiza planejamentos mensais, jornadas pedagógicas anuais para contribuir e garantir o acesso e permanência e a qualidade da educação”.

Sobre questões referentes ao processo de formação continuada dos docentes e demais profissionais, que atuam na rede municipal de ensino, o PME de Pedro do Rosário faz saber que “apresenta-se a organização do processo de formação continuada, sendo este apresentado a cada início de ano letivo, com a jornada pedagógica sempre relacionando às temáticas educacionais diagnosticadas no cotidiano da rede de ensino”. O mesmo documento afirma que “esses estudos são perpetuados durante todo o ano nos planejamentos mensais e formações diversas, ressaltando sempre novas metodologias para o enriquecimento do trabalho pedagógico do professor”.

Geralmente, o início do acompanhamento pedagógico na rede de ensino se dá no início do ano letivo, antes do início das aulas. Nesse período, a assessoria técnica agenda uma jornada pedagógica (que pode durar de 3 a 4 dias). Nesse momento é realizado o planejamento escolar de forma aleatória, pois não é promovida nenhuma discussão, muito menos revisão do Projeto Político-Pedagógico, documento de suma importância, que define a identidade da escola e indica os caminhos para o ensino de qualidade.

A Jornada Pedagógica constitui-se em num espaço coletivo de organização do trabalho pedagógico da escola, que busca a construção do planejamento para o ano letivo, a partir da reflexão sobre os resultados das avaliações internas e externas, da tomada de decisão e do estabelecimento de metas para melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem, essa deveria ser a dinâmica das jornadas realizadas, o problema é que não acontece assim. Na prática, são apenas realizadas palestras sobre temas recorrentes, como: avaliação da aprendizagem, a prática do ensino na sala de aula, entre outros, não atingindo o objetivo principal.

Durante a análise documental, foram encontradas algumas imagens que comprovam a realização anual das Jornadas Pedagógicas, que podem ser visualizados nas Figuras 2 e 3.

Figura 2: Arte do Banner da Jornada Pedagógica de Pedro do Rosário



Fonte: <http://semedpedroedorosario.blogspot.com.br/>

Figura 3: Foto panorâmica da palestra de abertura da Jornada Pedagógica, promovida pela gestão municipal de Pedro do Rosário



Fonte: <http://semedpedroedorosario.blogspot.com.br/>

Após esse período de encontro coletivo, os professores são divididos por nível e áreas de atuação, para que o planejamento do primeiro bimestre seja realizado. O planejamento é uma atividade assegurada pela Lei nº 9.394-96, que garante a todos os profissionais da escola tempo disponível para planejar sua rotina docente. A seguir, a Figura 4 mostra esse momento de atividade realizado na rede de ensino.

Figura 4: Foto do segundo momento da jornada pedagógica (discussão de temáticas com pequenos grupos de professores)



Fonte: <http://semedpedrodorosario.blogspot.com.br/>

Para a realização de ações que visam a organização do trabalho pedagógico no município, que vem acontecendo precariamente, conforme o que foi observado no processo de acompanhamento dos serviços prestados pela assessoria técnico-pedagógica da SEMED, algumas dificuldades foram evidenciadas, de forma que estão diretamente ligadas a alguns fatores externos, de acordo com o relato constante no Plano Municipal de Educação, o qual relata que:

Existem grandes dificuldades para realizar atividades de formação de professores, uma delas é a distância que existe dos povoados para a sede do município, mas apesar de todas as dificuldades, levanta o processo de concretização de um novo fazer pedagógico, que perpassa, a formação continuada vem transformando a realidade do município de Pedro do Rosário, realizando novos levantamentos para sanar as deficiências que o quadro de docente apresenta com relação a formação continuada. (PEDRO DO ROSARIO, 2015).

As dificuldades são evidentes quando as aulas começam. A partir desse momento, o acompanhamento pedagógico fica ainda mais fragilizado, pois a equipe de assessoria pedagógica não consegue acompanhar com regularidade o processo de ensino nas escolas, visto que o deslocamento, o número reduzido de assessores ou orientadores é insuficiente para realizar o devido monitoramento pedagógico, alguns dos problemas que dificultam o avanço do processo de ensino.

Os planejamentos são realizados a cada início de bimestre, momento em que os professores se encontram em seus locais de trabalho e realizam suas atividades, sem a presença de coordenador pedagógico para oferecer o devido suporte pedagógico necessário para a qualidade da ação do planejar. A figura 5 traz a imagem de um encontro para planejamento bimestral.

Figura 5: Encontro de professores para planejamento mensal em uma escola municipal



Fonte: <http://semedpedroedorosario.blogspot.com.br/>

Na intenção de corroborar com a dinâmica do processo de organização do trabalho pedagógico e formação dos professores, identificados na rede de ensino pesquisada, é conveniente registrar alguns escritos do PME, ponto em que afirma que:

Os planejamentos acontecem mensalmente nas escolas da rede municipal, posterior a primeira formação de professores que inicia com a jornada pedagógica, sendo esta realizada em dois semestres, já as formações diversas são compostas pelos programas Mais Educação, Projovem, PNAIC, Escola Aberta, Mais Cultura, Brasil Alfabetizado etc., sendo estas ministradas pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação de Pedro do Rosário. A partir do levantamento realizado pelo censo escolar é viabilizado ações de formações para o quadro de docentes, sendo essas formações edificadas para alcançar o público mais deficitário em termos de conhecimentos específicos. (PEDRO DO ROSÁRIO, PME, 2015).

Diante dessas informações, surge um questionamento: se os encontros formativos são constantes, como diz o PME, porque os resultados do processo de acompanhamento não são divulgados, para que haja ainda mais motivação e avanços no processo que busca a qualidade do ensino na rede? Em relação à organização do Trabalho Pedagógico, Soares (2014), em seu livro que trata sobre “o pedagogo e a organização do trabalho pedagógico”, apresenta algumas reflexões que serão muito úteis para o aprimoramento de saberes sobre o processo de acompanhamento do trabalho pedagógico da rede municipal de ensino já mencionada, na medida em que diz que

É preciso salientar que a escola possui também um caráter produtor que lhe é próprio, ligado diretamente à forma como ela insere em seu meio a questão da cultura. E partir desse momento que se ampliam os horizontes do conhecimento de sua relação com a formação da consciência, o que possibilita também que sejam ampliadas e modificadas determinadas formas de pensamento. (PEDRO DO ROSARIO - PME, 2015).

A atuação dos gestores escolares – diretores e pedagogos – é imprescindível na organização coletiva do trabalho pedagógico de uma escola, bem como nesse processo de formação, que acontece a cada mês nas unidades escolares. Quando essa atuação é insignificante, ou seja, não acontece, a tendência é a de que os resultados estarão sempre abaixo das expectativas, principalmente quando o acompanhamento pedagógico é escasso, deficiente e sem qualquer autonomia no processo citado. Sobre os resultados da educação escolar e o sistema de ensino, Pimenta (2005) esclarece que:

No caso da educação escolar, constatamos no mundo contemporâneo que ao crescimento quantitativo dos sistemas de ensino não tem correspondido um resultado formativo (qualitativo) adequado às exigências da população envolvida, nem às exigências das demandas sociais [...]. (PIMENTA, 2005, p. 19)

No entanto, convém informar que a rede de ensino em foco nesta pesquisa, possui o espaço de atuação deficiente, limitado, sem autonomia administrativa, um espaço onde faltam informações e recursos suficientes para desenvolver o trabalho necessário, que poderia contribuir muito com o fazer pedagógico dos profissionais envolvidos no processo de acompanhamento do ensino na referida rede.

Alguns itens podem ser citados para esclarecer os empecilhos de um bom trabalho, como a falta dos seguintes recursos, como transporte para o deslocamento dos agentes; de apoio aos docentes e diretores das escolas; recursos necessários para a formação dos professores e recursos de interação (um espaço adequado ao desenvolvimento de atividades dinâmicas com os envolvidos no processo), entre outros.

Sob a perspectiva de conhecer mais sobre a função designada aos pedagogos e o espaço para o trabalho de organização do trabalho pedagógico oferecido para as escolas da rede municipal, houve a necessidade de abordar o elemento principal para compreender todo esse trabalho no sistema municipal de ensino, que é o Plano Municipal de Educação, visto que esse elemento é o fio condutor para todo e qualquer organização pedagógica de um sistema de ensino. A partir desses conhecimentos, conseguimos analisar e avaliar todo o processo do acompanhamento pedagógico no espaço escolar das unidades jurisdicionadas à secretaria municipal e, ainda, entender os resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

No que se refere ao trabalho pedagógico e acompanhamento do mesmo, Nunes (apud Soares, 2014, p. 61) afirma [...] as secretarias municipais e estaduais são responsáveis pela elaboração das políticas educacionais, bem como pela “qualificação” ou “desqualificação” destas, dependendo da leitura que essas instituições têm da realidade[...].

Nesse momento em que as secretarias são responsabilizadas pelo ensino de boa qualidade ou não, é necessário fazermos uma referência à autonomia do trabalho pedagógico desse sistema, desse modo, nos reportamos à Veiga (2004, apud Soares 2014, p.62), quando esclarece que “o significado de autonomia remete-nos para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas”. Ela ainda afirma que “por isso, a liberdade deve ser considerada, também, como liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente”.

Diante da situação em que estamos inseridos, é fácil perceber que assumir o papel de coordenador pedagógico do processo de ensino na rede municipal não deve ser tarefa fácil, visto que a tarefa de acrescentar contribuições na formação dos professores, além de outras multitarefas, requer dedicação, autonomia, disponibilidade e, principalmente, conhecimento profundo dos encaminhamentos históricos da coordenação pedagógica no Brasil, conforme os referenciais utilizados na seção 2 deste trabalho.

A perspectiva de expor algumas dificuldades encontradas durante a execução dos trabalhos de pesquisa e observação do papel do coordenador pedagógico nos processos de gestão da escola foi fundamental para a elaboração deste trabalho, sob a ótica de que as dificuldades encontradas na difícil tarefa de identificar esse profissional são constantes, mas que precisam ser amenizadas, para que o processo ensino e aprendizagem possam realmente acontecer com eficácia, elevando a qualidade do ensino na rede municipal de ensino de Pedro do Rosário.

Atualmente, a função atual do coordenador pedagógico é dar suporte a todo o processo de aprendizagem oferecido por uma instituição de ensino, essa condição em que os profissionais da área estão submetidos foi tratada de forma clara na seção 3, quando o papel do coordenador pedagógico foi evidenciado de modo que sua identidade se define aos poucos, sempre acompanhando o desenvolvimento da educação nacional.

O oferecimento de formação específica para profissionais que atuam na coordenação pedagógica sempre foi muito cobrado por tantos professores-coordenadores que desenvolveram e desenvolvem essa função nas mais diversas escolas no Brasil, mesmo em meio a um cenário de indefinições no espaço da atuação profissional.

Diante de um novo momento que vivemos, surgem as iniciativas de promover discussões temáticas e estudos teóricos e práticos, cuja intenção é especializar profissionais para desempenhar esta função, transformando-se em responsabilidade das IES o oferecimento de um curso de Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica, ofertado pelo Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que muda todo o

cenário em que nos encontrávamos, uma vez que parecia uma ação impossível possibilitar, a esses profissionais em serviço, uma formação tão relevante para a área da supervisão escolar.

Hoje, o curso é uma realidade, um divisor de águas para o processo de ensino em muitos lugares, inclusive no município em que foi desenvolvida a pesquisa que serviu de base para a construção deste trabalho, que contará, a partir desse novo momento, com um pequeno grupo de profissionais contemplados por esta formação de extrema relevância.

Conforme foi relatado na seção 1, o profissional dessa área passou por um longo histórico de busca por seu espaço de atuação na educação brasileira, até que, finalmente, tem sido valorizado, ainda que com alguns custos. A formação de especialistas ofertada pelas instituições citadas fortalece a ideia desse profissional como parte integrante da gestão de uma unidade escolar, além de abrir precedentes para considerar que a atuação dos coordenadores pedagógicos requer o conhecimento e o preparo para o desempenho de suas funções primordiais na sua prática, bem como sua identificação com o entorno social, político, cultural e educacional.

Faz-se necessário, portanto, o exercício de um olhar reflexivo sobre qualquer prática que envolva questões de cunho pedagógico, pois, somente assim, haveremos de encontrar espaços para que os profissionais designados para desenvolver a função de coordenadores pedagógicos tornem-se cada vez mais eficientes e colaboradores ativos para o avanço do processo de ensino e aquisição da aprendizagem, tão importante para o desenvolvimento social do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a pesquisa que proporcionou a realização deste trabalho, concluímos que foi um grande desafio, uma vez que realizar as tarefas correspondentes às etapas foi condição necessária para a sua conclusão, que não foi fácil, visto que o processo se deu de forma paralela ao desempenho das funções em serviço.

Não é simples descrevermos todo o contexto de uma profissão que, até pouco tempo atrás, era uma função sem norte ou muitas definições, sem qualquer valor para o processo educacional. Diante desse contexto, este estudo possibilitou uma boa base de conhecimento do papel do coordenador pedagógico, diante dos processos de gestão na escola, a partir da realidade em que estamos inseridos.

Tendo em vista o papel do coordenador pedagógico nos processos de gestão da escola, e ainda o conhecimento da realidade do acompanhamento pedagógico oferecido pela rede municipal de ensino na cidade de Pedro do Rosário, demos um tratamento cuidadoso a esse tema neste trabalho, a partir de uma pesquisa, que retrata a situação desse acompanhamento e como vem sendo desenvolvido na rede pública de ensino, oportunidade que evidenciou sinais de deficiências sérias no sistema de ensino, justificando a fragilidade e o lento avanço do ensino oferecido nas escolas integrantes da rede.

Ao desenvolver os estudos necessários para embasamento desse trabalho, um breve relato foi elaborado sobre o papel do coordenador pedagógico diante das inúmeras “redescobertas” de sua função ao longo do tempo, que compreende desde o período colonial até os dias atuais. É de suma importância afirmar que o profissional que motivou a construção da pesquisa, o coordenador pedagógico, foi o mesmo que integra um quadro das personagens importantes nesse emaranhado de mudanças ocorridas na educação brasileira, visto que desde os tempos mais antigos mostravam que seu papel sempre foi decisivo para o desenvolvimento social, político e educacional de todas as épocas.

Chegamos ao entendimento de que para ser um bom profissional na área da coordenação pedagógica, o principal é estar focado no processo de ensino, adequar-se aos espaços de atuação e acompanhamento pedagógico, momento em que a função de coordenar o ensino, bem como tudo o que está nele envolvido, é edificado com resultados positivos, com o progresso e a evolução da educação dos envolvidos no processo de formação do indivíduo.

A formação e a preparação para desenvolver atividades que competem ao coordenador pedagógico foi um dos aspectos ressaltados ao longo das seções anteriores, uma exigência que precisa estar amparada, valorizada e cumprida pelos responsáveis do processo

de ensino municipal, pois um profissional com esta função não pode ser “qualquer um”, mas alguém que atenda aos requisitos fundamentais para a prática de orientação e acompanhamento eficientes para o trabalho pedagógico de todos os envolvidos no processo educacional.

Os avanços, a motivação entre outros itens, devem estar atrelados ao espaço escolar onde o coordenador atua e devem ser compartilhados por todos que integram o mesmo espaço, para tanto, a disponibilidade do coordenador e a capacidade adquirida para dividir responsabilidades torna-se fundamental para a superação dos obstáculos que se apresentam com frequência no mundo do trabalho pedagógico, visando sempre a excelência do acompanhamento pedagógico que é designado para as escolas.

A coordenação do trabalho pedagógico, aqui entendida como ocupação principal do coordenador, é uma atividade que não perpassa somente por um simples trabalho de orientação, mas um trabalho intenso, focado na coletividade, que designa muita responsabilidade por todo o desenrolar do processo de ensino, onde “fazer pedagógico” inclui a construção de projetos didáticos, formulação e atualização do projeto político pedagógico das escolas, formação dos professores da instituição ou rede de ensino, bem como outras atividades cruciais para determinar o sucesso desse sistema educacional.

Após a conclusão dos trabalhos de pesquisa, análise e construção dos saberes a respeito do papel do coordenador pedagógico, convém sugerir aos responsáveis pelo processo de acompanhamento pedagógico, setor da assessoria técnico-pedagógica da rede municipal de ensino de Pedro do Rosário, ideias para um “novo” fazer na organização do trabalho pedagógico. A concretização da ação do coordenador pedagógico as escolas é uma delas e poderá ser estabelecida através de uma dinâmica de orientação mais eficiente para os professores da rede, que venha possibilitar uma assessoria direta aos responsáveis pelo ensino na sala de aula, não só para os que trabalham na localização mais próxima zona urbana do município, mas também para os que trabalham em escolas mais distantes do centro da cidade, cuja distância é um dos impeditivos para que o acompanhamento pedagógica aconteça da forma correta e uniforme, sincronizando o atendimento ao trabalho pedagógico e contribuindo para que a qualidade do ensino seja considerado algo possível e realmente inclusivo.

É imprescindível registrar, nesta etapa do trabalho, o quanto foi válido todo o processo de pesquisa, pois, através dessa ação, possibilidades concernentes à aquisição de saberes históricos sobre a coordenação pedagógica surgiram, bem como algumas descobertas foram identificadas ao longo da trajetória da educação no país, em busca de informações verdadeiras sobre sua identificação profissional e sobre o seu papel enquanto coordenador

pedagógico no cenário educacional e sua relevância para o oferecimento de um ensino de qualidade.

A multiplicidade de funções foi uma das problemáticas evidenciadas durante a pesquisa. De acordo com essas informações, algumas cobranças são direcionadas para o coordenador pedagógico no ato de sua atuação profissional, visto que a demanda de profissionais especializados na área é insuficiente para o atendimento das necessidades existentes. Sabemos que a maioria dos municípios não disponibilizam coordenadores pedagógicos com atuação exclusiva em uma só escola, a exemplo de Pedro do Rosário, geralmente, existe apenas uma equipe de profissionais, cuja incumbência é fazer o trabalho de “assessoria técnica”, conforme citado na seção dois deste trabalho.

O fato é que percebemos que a maioria dessas equipes técnicas não têm disponibilidade para desenvolver o trabalho de forma satisfatória, um dos problemas que causam a fragilidade do acompanhamento pedagógico, que já é deficiente. Os técnicos fazem suas orientações de forma superficial, depois seguem para desenvolver o mesmo trabalho em outros municípios, passando essa responsabilidade para outros funcionários (professores) da SEMED, conhecidos como “agentes pedagógicos”, que se tornam responsáveis diretos pelo trabalho de orientação pedagógica, sendo que, a maioria desses, não tem sequer formação superior, quiçá formação especializada em coordenação pedagógica.

A pesquisa ainda mostrou que a coordenação de assessoria técnica concorda que o trabalho da assessoria está sendo feito de forma irregular e, ainda, acredita que o acompanhamento do trabalho pedagógico pode e deve ser melhorado. No entanto, esse avanço só será permitido quando o tempo destinado para o acompanhamento do trabalho pedagógico for suficiente para amenizar as necessidades da rede municipal de ensino, bem como quando a carga horária for devidamente cumprida, principalmente no que se refere à etapa de realização do planejamento de ensino mensal, que não é feito sob o acompanhamento dos assessores técnicos, mas sim dos agentes pedagógicos, situação que provoca a descredibilidade do serviço da coordenação pedagógica, afetando a motivação dos professores e o interesse na participação dos encontros mensais.

Nessa análise sobre o papel do coordenador e os caminhos para a resignificação de sua função pedagógica na rede municipal de ensino de Pedro do Rosário, é interessante afirmar que as mudanças dependem do envolvimento de todos que compõem a comunidade escolar, principalmente do profissional com atribuições voltadas apenas para a parte pedagógica. Sua trajetória profissional foi e ainda é estigmatizada pela comunidade escolar, como aquela pessoa que pode ser usada para todas as finalidades dentro da escola, além de

ainda ser caracterizado como alguém autoritário e fiscalizador do trabalho dos docentes, pensamento que precisa ser desmistificado.

A compreensão que surge é a de que a gestão da rede municipal de ensino precisa focar na organização do trabalho pedagógico, no intuito de facilitar aos coordenadores o trabalho pedagógico da escola, dessa forma, haverá o reconhecimento de que este profissional tão criticado e ao mesmo tempo tão importante para o desenvolvimento dos processos de valorização do trabalho pedagógico, que permeiam o percurso na busca pela qualidade do educação do sistema local, será capaz de trabalhar na formação continuada do professor dentro da própria escola, possibilitando ao professor momentos de reflexão, atualização e adaptação de suas práticas pedagógicas à realidade da sala de aula.

Alguns avanços merecem ser destacados neste trabalho, por entendermos que houve uma contribuição no campo profissional referente à atuação do coordenador pedagógico. Podemos dizer que um desses se refere especificamente à aceitação de que a organização do trabalho pedagógico, no município, está fracassada, necessitando urgentemente de um conjunto de mudanças para que a situação atual do ensino não seja duradoura, uma vez que encontra-se em decadência, principalmente no quesito referente ao acompanhamento pedagógico e ao papel do coordenador, foco principal deste estudo, que foi sacrificado após o fim de uma administração pública municipal conturbado, caótico e cheio de paralisações coletivas dos profissionais da educação, todas provocadas por inúmeras ações irresponsáveis do gestor municipal, que afetaram negativamente o ano letivo em curso.

Diante do exposto, concretizamos a afirmativa de que a presença de um profissional designado para o exercício da função de coordenador pedagógico é de extrema importância no ambiente escolar, visto que se trata de uma função vital para o desenvolvimento e sucesso da gestão pedagógica de uma escola, principalmente quando o trabalho é realizado de forma articulada com o gerenciamento dos saberes. Assim, concretiza-se então, a necessidade de incluir nas equipes pedagógicas de todos os estabelecimentos de ensino um profissional especializado em coordenação pedagógica. Essa ação refletirá resultados eficazes na aprendizagem dos alunos, na sincronia das ações docentes e na eficácia da gestão escolar como desencadeadora de uma nova postura educativa.

Por fim, fica a certeza do trabalho realizado, porque ainda acreditamos nas possíveis mudanças que podem ser provocadas no momento em que colocarmos, à luz das discussões mais necessárias, alguns problemas educacionais, que emergem a cada dia. Assim, a atuação do coordenador pedagógico é como o elo das ações que se concretizam no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. (Coleção Questões da Nossa Época). 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

AUGUSTO, Silvana. **Desafios do coordenador pedagógico**. Nova Escola. São Paulo, n. 192, maio 2006. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/coordenador-pedagogico/desafios-coordenadorpedagogico-546602.shtml>>. Acessado em: 26 de novembro de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1971); LDB (1971)**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 26/11/2016.

DEMO. Pedro. **Metodologia da investigação em educação**. Livro eletrônico. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em: <<http://ulbra.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582125007/pages/5>>. Acesso em: 26 de novembro de 2016.

FAZENDA. Ivani Catarina Arantes (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FERREIRA. Eliza Batolozzi. UFES. **Sala ambiente realidade e trabalho pedagógico**. 2015.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=210825>. Acesso em: 03 de dezembro de 2016.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 3ª. Ed., São Paulo: Cortez, 2006. Introdução.

MEDINA, Antônia da Silva. **Supervisão escolar, da ação exercida à ação repensada**. 2ª. ed. Porto Alegre: AGE/RS, 2002.

PEDRO DO ROSARIO. **Plano Municipal de Educação**. Maranhão, 2015.

PORTAL EDUCAÇÃO. **História da Educação no Brasil e a Função da Coordenação Pedagógica (educação e pedagogia)**. 2013. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/42968/historia-da-educacao-no-brasil-ea-funcao-da-coordenacao-pedagogica>. Acesso em 24 de novembro de 2016.

SAVIANI. Demerval. **Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2ª edição ver. e ampl. Coleção memória da Educação. 2008. Campinas, SP. Autores Associados.

SAVIANI, Demerval. **A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia.** São Paulo: Cortez, 1999.

SOARES. Marcos Aurélio Silva. O pedagogo e a organização do trabalho pedagógico. 2ª ed. Renovada e atual. Curitiba: InterSaberes, 2014. (Série Formação do Professor).

TERRA. Marcia de Lima Elia (org.). **História da Educação.** Biblioteca Universitária Pearson. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2014. (Livro digital). Disponível em: <http://ulbra.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543005058/pages/101>. Acesso em: 26 de novembro de 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pesquisadora: Suely de Jesus Lobato

1. Relate sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Ensino e as formas de prestação dos serviços à rede de ensino.
2. Existe um Plano Municipal de Educação? Qual foi o processo de constituição desse Plano?
3. Como é feito o acompanhamento pedagógico da rede municipal (Planejamento de ensino, entre outras ações).
4. Considera que a organização do trabalho pedagógico oferecido às escolas da rede eficiente?
5. Como acontece o processo de formação dos professores durante o ano letivo?
6. Existe um coordenador designado para desenvolver os trabalhos de coordenação pedagógica em cada escola da rede?
7. Se não houver um coordenador em cada escola, como é feito o acompanhamento dos trabalhos da escola?
8. A equipe de assessoria técnica acompanha a organização dos trabalhos pedagógicos com que frequência?
9. Quais os critérios usados para a composição da equipe de assessoria pedagógica que atende as escolas da rede municipal?
10. Há um plano de formação continuada para os professores da rede municipal?
11. Como tem sido o desenvolvimento dos índices educacionais da educação básica nos últimos anos? Tem alguma relação com o atendimento pedagógico oferecido?
12. Gostaria de enfatizar algo mais sobre o processo de organização do trabalho pedagógico na rede?